

AS TRANSFORMAÇÕES NA DINÂMICA DAS RELAÇÕES DE TRABALHO NO BRASIL: IMPACTOS NO MEIO RURAL BRASILEIRO

REGINA MARIA DE SOUZA

Economista Instituto de Economia UFU, Mestre e Doutorando em Serviço Social Unesp/Franca, professora da FATEC/Jales souzarm@hotmail.com

RESUMO

No Brasil, o padrão industrializante norte-americano foi incorporado, tanto quanto ao paradigma tecnológico quanto à organização do trabalho fordista-taylorista. O processo de trabalho consolidou-se, baseando-se na produção em massa, na linha de montagem, no controle dos tempos e movimentos pelo cronômetro fordista e pela produção em série taylorista; por meio da fragmentação de funções, pela consolidação do operário-massa e do trabalhador coletivo fabril, o que intensifica a demanda por mão-de-obra barata e favorece a migração entre as regiões brasileiras, impulsionada pela necessidade de fugir de condições sócio-econômicas e culturais precárias, que são reflexo do processo de evolução do capitalismo no Brasil.

Palavras-chave: Processo de trabalho. Fordismo. Meio rural.

1 INTRODUÇÃO

Os impactos da I e II Guerras Mundiais em economias capitalistas, tais como Inglaterra, França e Alemanha que perderam, no período, parte de sua capacidade de produção e se viram diante de uma desorganização econômica marcada por inflação, pobreza e desemprego de suas populações. Apenas os Estados Unidos tornaram-se uma exceção, já que apresentaram, no mesmo período, crescimento em seu sistema produtivo, graças à sua economia de guerra, que promoveu uma articulação entre a economia nacional americana e o aparelho do Estado, definindo uma política de crescimento, de domínio e de consolidação como potência capitalista hegemônica. A partir de 1947, com a adoção do Plano Marshal¹, os Estados Unidos passam a enviar recursos para a reconstrução econômica das potências européias vencedoras, bem como para a Alemanha e o Japão, países derrotados. Os americanos pretendiam, assim, barrar o crescimento comunista na Europa. A partir dos anos 1950, nota-se um aumento do crescimento industrial (maior, inclusive, que o do período que vai de 1913-1950). Aceleraram-se, neste momento, as tendências anteriores à Guerra e duas indústrias exercem a liderança: a metal-mecânica e a química. Neste contexto, destaca-se a indústria automobilística, a de bens duráveis de consumo e bens de capital, além da emergência do petróleo como fonte energética, em detrimento do carvão, e a substituição de produtos naturais por sintéticos em economias como: Estados Unidos, Alemanha, Itália, Suíça, França e Japão.

Países como a Alemanha e o Japão passaram a apresentar crescimento, tanto relacionado ao emprego quanto à produtividade, apesar de as razões para tal ocorrência serem diferentes. No Japão, ocorre a modernização da velha indústria e a montagem de novos setores com o advento do Toyotismo, que promove a modernização da indústria japonesa, combatendo a crise financeira e aumentando a produção sem aumentar o contingente de trabalhadores demandados e, mais tarde, reduzindo o número de trabalhadores. Percebe-se que a produção continua aumentando e diminui a ocupação de mão-de-obra. Ocorre ampla utilização de trabalhadores temporários e submissão do trabalhador às necessidades do capitalismo industrial, a um ritmo e intensidade de trabalho que garantem a produtividade, desconsiderando o ritmo natural do trabalhador:

Direitos e conquistas históricas dos trabalhadores são substituídos e eliminados do mundo da produção. Diminui-se ou mescla-se, dependendo da intensidade, o

¹ O Plano Marshal, lançado em 1947, constituiu-se em um programa de recuperação idealizado pelos EUA para promover a recuperação econômica dos países europeus atingidos pela Segunda Guerra Mundial.

despotismo taylorista, pela participação dentro da ordem e do universo da empresa, pelo envolvimento manipulatório, próprio da sociabilidade moldada contemporaneamente pelo sistema produtor de mercadorias (ANTUNES, 1995, p. 16).

A situação dos países se agrava entre 1970 e 1973, com o crescimento do preço das matérias-primas e alimentos, pressionando os salários reais para baixo e os salários nominais para cima. Verifica-se a reformulação industrial, promovida pela reorganização do trabalho nas fábricas e pela introdução de novas técnicas de produção, medidas que diminuem o poder aquisitivo do trabalhador, além de acarretar o desemprego.

2 DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL, CRESCIMENTO ECONÔMICO E CLASSE TRABALHADORA NO BRASIL

Entre os anos de 1945 e 1980, o desempenho econômico brasileiro, segundo Mattoso (1995) apresentou uma taxa anual de 7%, o que permitiu que o Produto Interno Bruto (PIB) dobrasse a cada década e decuplicasse. No que se refere à indústria de bens de consumo duráveis, essa apresentou taxas de crescimento médias de 15,3% ao ano, entre 1945 e 1980, e, nos períodos de expansão do ciclo econômico, entre 1955-62 e 1967-73, registrou taxas anuais superiores a 23%. Com o desenvolvimento industrial e o crescimento econômico, os trabalhadores, pressionados pelas condições precárias de trabalho e pelos péssimos salários, foram fortalecendo-se em sindicatos e conquistando, sobretudo a partir da década de 1960, uma participação maior no cenário político, econômico e social brasileiro.

A resistência do Estado e da sociedade conservadora dominante a esse intento dos trabalhadores, somado à expansão inflacionária e à queda no ritmo de crescimento verificado no início dos anos 1960, rompe com a base de sustentação política do “desenvolvimentismo”, ao mesmo tempo em que dificulta, ainda mais, a conformação de uma força social capaz de assegurar tais reformas estruturais e desencadeia-se o Golpe Militar de 1964. O Regime Militar significou a derrota das forças populares, que incluíam o trabalhador, que defendia suas conquistas e direitos e o início de uma série de reformas (monetária, tributária, financeira) visando a retomada do crescimento, sob a influência visível dos Estados Unidos. O Ministério do Trabalho interveio nos sindicatos, cassou seus líderes, terminou com a estabilidade do emprego, proibiu mobilizações bem como a negociação coletiva, para enfraquecer a luta dos trabalhadores. No fim da década de 1960, a economia brasileira retoma seu crescimento, com a edição do Milagre Econômico Brasileiro. Porém, acentuam-se as desigualdades sociais e regionais. O início da década de 1970 é marcado pela perda de competitividade da economia norte-americana e pelo crescimento do déficit fiscal e da balança de pagamentos que vão afetar, também, a economia brasileira, a qual se instabiliza a partir de 1974. Novamente, desacelera-se o crescimento do PIB e agravam-se os problemas com a inflação e os desequilíbrios da balança de pagamentos. Segundo Mattoso (1995), a reversão do ciclo expansivo, a partir de 1974, já indicava os limites do modelo baseado na produção de bens de consumo duráveis com a concentração de renda, ou seja, a constituição de ciclos curtos e instáveis de crescimento, devido a uma grande instabilidade nas taxas de crescimento dos setores líderes.

A modernização tecnológica da agricultura, no início da década de 1960, com o advento dos Complexos Agroindustriais, descrita no item anterior, promove a expulsão dos trabalhadores do campo, que se dirigem para as cidades, ampliando o número de pessoas disponíveis para o trabalho. E, mesmo passando por um período dinâmico, a economia brasileira não é capaz de empregar todo o contingente de trabalhadores, pagando baixos salários aos que eram admitidos. Verifica-se que a partir dos anos 1960 as unidades familiares de pequenos produtores agrícolas convertem-se em assalariados que se especializam na execução de fases determinadas do processo de produção agroindustrial e que devem obedecer ao ritmo imposto pelas máquinas que manejam, tornando o trabalho, em vários momentos, intenso e exaustivo.

Marx (1985) analisou a controvérsia existente entre os economistas clássicos sobre a taxa de salários, argumentando que esta não é exógena ao funcionamento da economia capitalista, sendo sua determinação baseada no movimento da acumulação de capital. Segundo os clássicos, a taxa de salários seria determinada através da oferta e procura de mão-de-obra, porém Marx (1985) demonstrou

que as inovações tendem a aumentar a composição orgânica do capital, separando a acumulação do ritmo de crescimento da força de trabalho. Assim, o capitalismo cria um exército industrial de reserva, garantindo que a abundância de mão-de-obra mantenha baixo o nível dos salários. Parte deste excedente de trabalhadores, na eminência do pauperismo, busca outras formas de organização que lhe garantam a sobrevivência, submetendo-se, muitas vezes, a condições precárias de ocupação. Entre as décadas de 1970 e 1980, avizinha-se da economia brasileira um processo recessivo, que torna a transformação da base técnica da agricultura brasileira mais lenta, no período compreendido entre 1980 e 1985, intensificando-se graças à redução das modalidades e volumes de crédito subsidiado para o setor agrícola. No âmbito mundial ocorre mudança no padrão de modernização e a agricultura dos países desenvolvidos passou a incorporar a microeletrônica, a automatização de operações, a biotecnologia e a engenharia genética, que caminham na direção da maximização dos resultados. Tais inovações são incorporadas por número restrito de produtores agrícolas brasileiros, prioritariamente, por grandes grupos econômicos.

Na segunda metade dos anos 1980, mantém-se a mesma dinâmica dos primeiros anos da década, decorrente da crise da dívida externa e dos esforços para a realização de um ajuste macroeconômico. O início da década de 1990 é marcado pela presença da alternativa neoliberal, que o governo do presidente Fernando Collor de Mello tomou como condição à modernização da indústria, do comércio e de toda economia brasileira. A política de combate à inflação e as demais medidas adotadas pelo governo Collor, sob orientação neoliberal, não apresentaram um resultado efetivo, além de promover uma desestruturação acelerada do Estado e o reinício do pagamento da dívida externa, sem estimular o crescimento econômico e, muito menos, investir em infraestrutura (comunicação, transportes, habitação, educação e saúde).

A situação se agrava, pois o Plano Collor sustentou-se no confisco dos recursos financeiros que impactou no financiamento da safra. De fato, os planos de estabilização econômica colocados em prática entre 1986 e 1991² desaguaram em crises financeiras para o setor agrícola, manifestas em ciclos de preços nos mercados de “commodities” agrícolas e de ativos agrícolas como a terra e o gado. Para Helfand e Rezende (2001), quando o Plano Real começou a ser implementado no início de 1994, a criação da Unidade Real de Valor (URV) acarreta uma elevação dos preços da terra e dos ativos agropecuários, atingindo um pico em dezembro de 1994. O sucesso do Plano Real sustentou-se, em grande medida, graças às elevadas taxas de juros, que geraram atração por ativos financeiros e queda substancial dos preços da terra e do gado entre o final de 1994 e o início de 1995. Na compreensão de Delgado e Cardoso Júnior (2001), a liberalização comercial, a desmontagem da intervenção estatal e as condições especiais da estabilização monetária da década de 1990 levaram à diminuição da renda agrícola, à relativa estagnação do produto agrícola e redução do emprego produtivo no setor agrícola e atividades agroindustriais.

Com o advento da industrialização da agricultura brasileira, modifica-se o papel do trabalhador, que vai se tornando uma extensão das máquinas e equipamentos, perdendo o papel ativo que exercia anteriormente:

É o caráter social e irreversível da industrialização da agricultura que permite a criação de um verdadeiro proletariado rural, estreitando-se a possibilidade de reprodução de formas independentes da pequena produção ou de formas em que o trabalhador mantém o controle do processo de trabalho (SILVA, 1996, p. 34).

Muller (1982) sustenta que o avanço da industrialização do campo no Brasil levou a um enriquecimento da agricultura industrializada e a um empobrecimento da agricultura tradicional. A primeira, ao incorporar progresso técnico, beneficia-se com a expansão de sua acumulação de capital, o que não ocorre com a agricultura tradicional. Os pequenos proprietários, que se mostraram incapazes de incorporar avanços ao seu processo produtivo e, portanto, de participar do circuito da acumulação, acabaram incorporados à categoria de trabalhadores assalariados. Verifica-se a diminuição do número de pequenos arrendatários e parceiros e o aumento dos trabalhadores assalariados, tanto de sem-terras como de trabalhadores que, apesar de proprietários rurais, empregam-se em atividades agrícolas como assalariados. Silva (1996), referindo-se ao processo de proletarianização, menciona a lógica de

² Com destaque para o Plano Cruzado (1986-1987), o Plano Verão (1989), os Planos Collor I e Collor II (1990-1991).

“purificação³” do trabalho assalariado dos pequenos produtores familiares que se empregam na agroindústria brasileira, o que ocorre por meio da eliminação dos pagamentos não monetários da mão-de-obra, a saber: a moradia; a pequena produção doméstica destinada ao consumo familiar, e que em alguns casos, gera um pequeno excedente destinado ao mercado local; a lenha, que diminui custos de manutenção da família e a água. Além desses fatores, o produtor tem restringida a autonomia em relação ao seu processo produtivo, já que passa a maior parte do tempo na agroindústria, convertendo sua pequena propriedade em local de moradia. Para aqueles trabalhadores assalariados que moravam no campo com sua família em uma grande propriedade, mas que não eram proprietários, apenas tinham o direito de morar e ocupar um pequeno espaço de terra para o plantio de subsistência e que converteram-se em assalariados na agroindústria, a situação é ainda mais complexa, pois são obrigados a migrar para a periferia das cidades próximas. Há que se acrescentar a dissolução dos laços de amizade, cooperação e integração, até então vigentes entre famílias de trabalhadores, que se desintegram como consequência do processo de modernização da agricultura brasileira e expropriação dos trabalhadores, que conservavam uma relação produtiva com o espaço rural.

Romeiro (1998) afirma que as elites brasileiras nunca tiveram compromisso com a grande massa da população, no intuito de realizar um projeto nacional de desenvolvimento que promovesse a inclusão dos trabalhadores rurais. Ressalta o grande sucesso comercial das culturas de exportação, mas também a exploração predatória da natureza, a escassez relativa de gêneros alimentícios e a histórica precariedade nas condições de acesso à terra e ao emprego. Segundo o autor, quando, em fins da década de 1950, intensificam-se os movimentos sociais reformistas, que reivindicavam uma reforma agrária, bem como o aumento de organizações sindicais de trabalhadores e pequenos produtores rurais, a resposta das autoridades oficiais foi promulgar o Estatuto do Trabalhador Rural⁴, estendendo a legislação social, que beneficiava os trabalhadores urbanos, ao trabalhador rural, mas que submeteu os movimentos sindicais rurais à tutela do estado, tal qual os sindicatos urbanos. O fato de a terra ser considerada, historicamente, como uma reserva de valor, leva os grandes proprietários, diante da ameaça de uma reforma agrária, a expulsarem os trabalhadores residentes nos imóveis, transformando-os em trabalhadores volantes e em migrantes, que se deslocaram para as cidades ou para a fronteira agrícola. Some-se a isso, a aceleração da modernização poupadora de trabalho, intensificando-se a precarização das relações de trabalho no campo brasileiro.

Os pequenos e médios produtores integrados aos complexos agroindustriais, contam com dificuldades como a impossibilidade de autonomia em sua atividade produtiva, já que devem atender a uma demanda imposta pela agroindústria e devem incorporar um grau de tecnificação cada vez maior ao seu processo de produção, o que demanda investimentos financeiros. Quanto aos pequenos e médios produtores não integrados, são submetidos a uma lógica de marginalização em relação aos complexos agroindustriais. Resta a esses produtores atividades destinadas à produção para o autoconsumo e para a comercialização local. Ao longo dos anos 1970, verifica-se a intensificação do êxodo rural, que se mantém, ainda que em menor proporção, nos anos 1980, em função do processo de modernização conservadora da agricultura brasileira, sendo que “[...] a proporção da PEA⁵ total ocupada em atividades agrícolas caiu de 44,3% para 29% na década de 70 e depois para menos de 23% em 1990.” (SILVA, 1996, p. 180), tornando explícita a redução de oportunidades de emprego no meio rural brasileiro em função da incorporação de novas tecnologias à agricultura. Na primeira metade da década de 1980, a recessão econômica e a diminuição de empregos urbanos contribuíram para que a mão de obra familiar permanecesse no campo, mas, na segunda metade da década, decresce a quantidade de trabalhadores ocupados em empregos agrícolas. Pode-se afirmar que, nos anos 1970, no que se refere à questão da renda e pobreza no meio rural brasileiro, intensifica-se a desigualdade, mas a pobreza diminui, devido à elevação da renda média das classes menos favorecidas, que conseguem manter-se no campo, uma vez que grande porcentagem desloca-se para as cidades. Nos anos 1980, por sua vez, a desigualdade continua a aumentar e a pobreza intensifica-se. Nos anos 1990 e 2000, os pobres do campo são, em grande medida, trabalhadores temporários sem vínculo empregatício e pequenos produtores não-modernizados, concentrados na região Nordeste.

³ O destaque original é do próprio autor.

⁴ Lei 4.214 de 2 de março de 1963

⁵ População Economicamente Ativa

Segundo pesquisa do DIEESE (2007), os trabalhadores que se encontram em situação de precariedade, aliados dos direitos trabalhistas, tais como o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e a previdência pública, são em sua maioria, provenientes da região Nordeste. Cerca de 86% deles dedicavam-se a atividades temporárias⁶ no plantio, corte e transporte da cana-de-açúcar. Na média brasileira, a proporção é de 70%, e a da região Centro-Sul, de 55%. Deve-se considerar que os trabalhadores empregados no cultivo da cana-de-açúcar são os mais expostos às situações de risco, tanto no que se refere à qualidade do trabalho quanto às condições de emprego. A maior parte deles está empregada na região Nordeste; quase 40% não têm os direitos trabalhistas garantidos; apresentam baixa escolaridade e, quanto à remuneração, recebem apenas 32,6% do que ganha o trabalhador da usina de álcool na mesma região e pouco mais de 1/3 do que recebe o trabalhador vinculado à produção de açúcar. Na região Centro-Sul, esse trabalhador ganha quase 50% da renda auferida pelo empregado da usina de álcool.

Muller (1982) levanta uma questão de relevância ao afirmar que as novas condições da agricultura brasileira com a emergência dos CAIs transferem para o meio urbano as questões agrárias. Emergem questões como a reforma agrária, a propriedade territorial, a oferta e os preços dos alimentos e da matéria-prima, o crédito, o papel do Estado e os efeitos da mecanização. A modernização da agricultura brasileira não se manifestou com a mesma ordem e intensidade em todo o território brasileiro. Ao contrário, trata-se de um processo diferenciado e excludente que, ao invés de homogeneizar o espaço econômico, aprofundou as desigualdades existentes. Desse modo, a dinâmica agrária modernizadora, à medida que contribuiu para acentuar os desníveis tecnológicos existentes entre os grandes e pequenos estabelecimentos, agiu no sentido de deteriorar, ainda mais, a distribuição de renda no setor agropecuário.

Ao longo dos anos 1970 e 1980, as transformações que estavam ocorrendo na agricultura brasileira eram analisadas como similares àquelas ocorridas nos países capitalistas avançados, tanto nos aspectos positivos como nos negativos. Nos anos 1970, sustentava-se que a chamada “questão agrícola” havia sido superada pelo processo de modernização. Para Guanzioli et al. (2001), a partir dos anos 1980, a afirmação corrente era que esse processo de modernização aprofundara a integração da agricultura com os capitais industriais, comerciais e financeiros que a envolviam. Entretanto, a formação e consolidação dos complexos agroindustriais geram uma série de impactos para as classes trabalhadoras inseridas no meio rural brasileiro.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mundo rural brasileiro deve ser entendido não como um espaço antagonico ao meio urbano, mas como um “locus” de produção e também como um espaço de vida, em que se verificam relações de proximidade nas relações familiares e de vizinhança, que envolvem redes de solidariedade e integração cultural. Ou seja, envolve o desenvolvimento de atividades agrícolas, um espaço de residência, um espaço de consumo e um espaço patrimonial, que determina a identidade dos agricultores familiares e dos trabalhadores agrícolas. Neste contexto, a formação dos complexos agroindustriais promove uma modificação desse espaço. Novas demandas são criadas para o meio rural, as quais passam a ser atendidas pelas agroindústrias, em detrimento do papel desempenhado pelos produtores familiares. Conforme já mencionado, grande número de trabalhadores são expulsos do campo e dirigem-se para as cidades, expandindo o número de pessoas disponíveis para o trabalho no meio urbano. Ocorre no período, a perpetuação de políticas econômicas voltadas para atividades agrícolas consideradas competitivas por ocuparem nichos específicos de mercado, produtos de alto valor agregado, o que acentua a exploração, intensifica a desigualdade econômica, social e eleva os níveis de pobreza entre trabalhadores rurais brasileiros. No Brasil, o estímulo histórico à agricultura patronal baseada na grande propriedade, fez com que o acesso à terra pelas massas de trabalhadores rurais fosse restringido, em consequência, as populações rurais ou não tiveram acesso à terra ou ficaram prisioneiras da insegurança da posse. Como consequência, transformaram-se em força de

⁶ As informações divulgadas pelo DIEESE têm como referência dados da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

trabalho de baixo custo, dependentes de uma classe de grandes produtores preocupados em garantir a expansão de suas atividades ao menor custo possível, priorizando as culturas de exportação e a exploração do trabalho assalariado, que se refletem na atual concentração de renda, na exclusão social e em uma economia voltada excessivamente para o mercado externo. Todas essas condições postas levaram à forte concentração da renda no campo, que, somada à modalidade de inserção do país na divisão internacional do trabalho intensificaram os desequilíbrios distributivos e acabaram por intensificar as distorções sociais.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?**: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1995.

DELGADO, G. C.; CARDOSO JÚNIOR, J. C. Universalização de direitos sociais no Brasil: a previdência rural nos anos 1990. In: GASQUES, J. G.; CONCEIÇÃO, J. C. P. R. (Org.). **Transformações da agricultura e políticas públicas**. Brasília: IPEA, 2001. p. 418-440.

HELFAND, S. M.; REZENDE, G. C. A agricultura brasileira nos anos 1990: o impacto das reformas de políticas. In: GASQUES, J. G.; CONCEIÇÃO, J. C. P. R. (Org.). **Transformações da agricultura e políticas públicas**. Brasília: IPEA, 2001. p. 247-301.

MARX, K. **O capital**. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1985. v. 2.

MATTOSO, J. **A desordem do trabalho**. São Paulo: Scritta, 1995.

MULLER, G. Agricultura e industrialização do campo no Brasil. **Revista de Economia Política**, São Paulo. v. 2/2, n. 6, p. 47-77, abr./jun. 1982.

ROMEIRO, A. R. **Meio ambiente e dinâmica de inovações na agricultura**. São Paulo: Annablume, 1998.

SILVA, J.G. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: Unicamp, 1996.